

LUIZ HENRIQUE LIMA
ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS

Coordenadores

Prefácio

Augusto Sherman

CONTROLE EXTERNO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

ESTUDOS DE MINISTROS E CONSELHEIROS
SUBSTITUTOS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

Belo Horizonte



2016

© 2016 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Flávio Henrique Unes Pereira
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alexandre Coutinho Pagliarini	Gustavo Justino de Oliveira
André Ramos Tavares	Inês Virgínia Prado Soares
Carlos Ayres Britto	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Mário da Silva Velloso	Juarez Freitas
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Luciano Ferraz
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Lúcio Delfino
Clovis Beznos	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Cristiana Fortini	Márcio Cammarosano
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Marcos Ehrhardt Jr.
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Egon Bockmann Moreira	Ney José de Freitas
Emerson Gabardo	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Fabício Motta	Paulo Modesto
Fernando Rossi	Romeu Felipe Bacellar Filho
	Sérgio Guerra



Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Funcionários – CEP 30130-007
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

C764 Controle externo dos regimes próprios de previdência social: estudos de ministros e conselheiros substitutos dos Tribunais de Contas / Coordenadores: Luiz Henrique Lima, Alexandre Manir Figueiredo Sarquis; prefácio de Augusto Sherman. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

270 p.
ISBN 978-85-450-0113-3

1. Direito administrativo. 2. Direito público. 3. Direito previdenciário.
I. Lima, Luiz Henrique. II. Sarquis, Alexandre Manir Figueiredo. III. Sherman, Augusto.

CDD: 341.3
CDU: 342.9

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

LIMA, Luiz Henrique; SARQUIS, Alexandre Manir Figueiredo (Coord.). *Controle externo dos regimes próprios de previdência social: estudos de ministros e conselheiros substitutos dos Tribunais de Contas*. Belo Horizonte: Fórum, 2016. 270 p. ISBN 978-85-450-0113-3.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Augusto Sherman Cavalcanti	11
---	----

CAPÍTULO 1

**MATERIALIDADE, RELEVÂNCIA E RISCO: A IMPORTÂNCIA
ESTRATÉGICA DO CONTROLE EXTERNO DOS REGIMES
PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**

LUIZ HENRIQUE LIMA	15
1.1 Introdução	15
1.2 Os regimes próprios de previdência social e o seu controle.....	16
1.3 Materialidade, relevância e risco	19
1.4 Aplicação dos critérios de materialidade, relevância e risco à realidade dos Regimes Próprios de Previdência Social	22
1.4.1 O critério da materialidade.....	22
1.4.2 O critério da relevância	22
1.4.3 O critério do risco.....	23
1.5 Experiência recente	25
1.5.1 O controle na gestão dos entes.....	26
1.5.2 O controle na gestão dos RPPS	29
1.5.3 O caso de Campo Novo do Parecis	32
1.5.4 Resoluções de consulta acerca dos RPPS.....	35
1.6 Conclusão.....	36
Referências	38

CAPÍTULO 2

SISTEMAS PREVIDENCIÁRIOS: ASPECTOS TEÓRICOS

MARCOS NÓBREGA	43
2.1 Custo previdenciário: conceito e mensuração	43
2.1.1 Tipos de benefício	47
2.1.2 Tipos de risco.....	48
2.1.3 Benefício definido e contribuição definida.....	54
2.1.4 O conceito de financiamento do regime próprio.....	56
2.1.5 Serviço passado (dívida implícita e custo de transição).....	56

2.2	Regimes clássicos de financiamento.....	63
2.2.1	Repartição simples.....	64
2.2.2	Capitalização	70
2.2.3	Repartição de capitais de cobertura	75
2.2.4	Colocando os sistemas juntos.....	76
	Referências	76

CAPÍTULO 3

A SUSTENTABILIDADE DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS SOB A ÓTICA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

MARCOS BEMQUERER COSTA, PATRÍCIA REIS LEITÃO BASTOS.... 79

3.1	Introdução.....	79
3.2	A atuação do TCU na questão da sustentabilidade da Previdência Social	84
3.3	Panorama internacional da sustentabilidade da Previdência Social.....	110
3.4	Conclusão.....	121
	Referências	124

CAPÍTULO 4

O DÉFICIT ATUARIAL E SEU EQUACIONAMENTO

RONALDO RIBEIRO DE OLIVEIRA 127

4.1	Introdução.....	127
4.2	Natureza e abrangência dos déficits atuarial e financeiro	129
4.3	Causas e responsáveis pelos déficits atuarial e financeiro.....	131
4.4	Do reconhecimento, mensuração e contabilização do déficit atuarial.....	136
4.5	Equacionamento do déficit atuarial	141
4.6	Opções para equacionamento do déficit atuarial.....	145
4.6.1	Aporte de bens e direitos	145
4.6.2	Alíquota de contribuição suplementar	151
4.6.3	Aporte periódico de recursos	152
4.6.4	Segregação de massa	153
4.7	Considerações finais	159
	Referências	160

CAPÍTULO 5

DÉFICIT ATUARIAL: O DESAFIO NO CONTROLE DA GESTÃO

SABRINA NUNES IOCKEN 163

5.1	Introdução.....	163
-----	-----------------	-----

5.2	Gestão atuarial equilibrada sob o enfoque conceitual das políticas públicas.....	165
5.3	Enfoques não excludentes: regularidade e eficiência	167
5.4	Controle do Tribunal de Contas de Santa Catarina: a busca pela gestão sustentável	169
5.4.1	Auditorias de regularidade	171
5.4.2	Irregularidades nos investimentos: um ambiente propício a desvios dos recursos públicos	172
5.4.3	Efetividade: um estímulo à fiscalização de resultados.....	174
5.4.4	As diretrizes nacionais e a ação coordenada com as demais esferas políticas	176
5.5	Conclusão.....	180
	Referências	181

CAPÍTULO 6

OS RISCOS DA IMPLANTAÇÃO DOS PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO BRASIL: UMA VISÃO ALÉM DO EQUILÍBRIO ATUARIAL

	ANTÔNIO EMANUEL ANDRADE DE SOUZA	185
6.1	Introdução.....	185
6.2	Os riscos de implantação do modelo	190
6.3	Baixa adesão.....	193
6.4	Exemplos negativos.....	195
6.5	Mais e mais fiscalização	197
6.6	Governança e participação	203
6.7	Custos de administração.....	205
6.8	Custo de implantação.....	207
6.9	O risco judicial	208
6.10	Previdência: um problema maior no Brasil.....	210
6.11	Considerações finais.....	212
	Referências	212

CAPÍTULO 7

SÍNDROME DE INEFETIVIDADE DO REGISTRO DE ATOS DE APOSENTADORIA

	ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS	215
7.1	Introdução.....	215
7.2	Direito adquirido	217
7.3	O registro de aposentadorias, reformas e pensões.....	217
7.4	Efeitos e falta de efeitos jurídicos do registro	221

7.5	Tribunais de Contas e Tribunais de Direitos	225
7.6	Decadência do direito de anular o ato concessório.....	229
7.7	O papel dos Conselheiros Substitutos	232
7.8	Conclusão e alternativas	233
	Referências	235

CAPÍTULO 8

O CRESCENTE ANACRONISMO DO REGISTRO DE ATOS DE PESSOAL NOS TRIBUNAIS DE CONTAS

CLÁUDIO AUGUSTO CANHA	237
8.1 A evolução histórica do registro de atos de pessoal	237
8.2 As evidências jurisprudenciais do anacronismo do instituto	241
8.3 O alcance restrito do instituto do registro de atos de pessoal	246
8.4 Registro de atos de pessoal no direito comparado	249
8.5 Conclusão	250
Referências	250

CAPÍTULO 9

REFORMAS E PENSÕES E SEUS REFLEXOS NO ÂMBITO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO	253
9.1 Princípio da autotutela	253
9.2 Decadência administrativa pela via reflexa	256
9.2.1 Decadência “externa” e “interna”	260
9.3 Incidência da Lei nº 9.784/99 sobre as entidades federativas estaduais, distritais e municipais.....	262
9.4 Limites ao Instituto da Decadência Administrativa: considerações..	263
9.5 Conclusão	264
Referências	265

SOBRE OS AUTORES	269
-------------------------------	-----